



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTELIGÊNCIA POLICIAL E
ANÁLISE CRIMINAL

WOODROW WILSON LIMA PESSOA

**LEITURA LABIAL: FERRAMENTAS PARA SERVIR DE SUPORTE
NAS ANÁLISES CRIMINAIS E INVESTIGAÇÃO POLICIAL,
NA ÁREA DA INTELIGÊNCIA**

Campina Grande
2016

WOODROW WILSON LIMA PESSOA

**LEITURA LABIAL: FERRAMENTAS PARA SERVIR DE SUPORTE
NAS ANÁLISES CRIMINAIS E INVESTIGAÇÃO POLICIAL,
NA ÁREA DA INTELIGÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado à coordenação do curso de
Especialização em Inteligência Policial e
Análise Criminal

ORIENTADORA: Profa. Dra. Ms. Aline Lobato

Campina Grande
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

Pessoa, Woodrow Wilson Lima

Leitura labial [manuscrito] : ferramentas para servir de suporte nas análises criminais e investigações policial, na area da inteligência / Woodrow Wilson Lima Pessoa. - 2017.

33 p.

Digitado.

Monografia (Inteligência Policial e Análise Criminal) - Universidade Estadual da Paraíba, Pro-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2017.

"Orientação: Profa. Dra. Aline Lobato, Pós-graduação e pesquisa".

1. Leitura labial. 2. Segurança pública. 3. Inteligência policial. I. Título.

21. ed. CDD 363.283

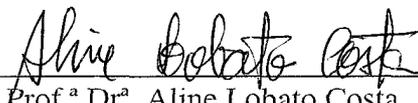
WOODROW WILSON LIMA PESSOA

**LEITURA LABIAL: FERRAMENTAS PARA SERVIR DE SUORTE NAS
ANÁLISES CRIMINAIS E INVESTIGAÇÃO POLICIAL, NA ÁREA DE
INTELIGÊNCIA**

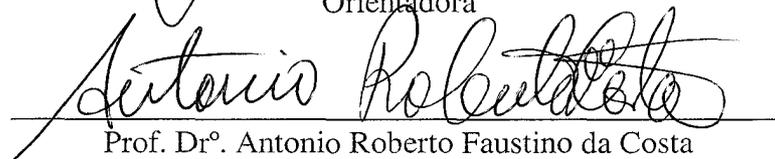
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação Geral dos Programas de Pós-
Graduação *Lato Sensu* da Universidade
Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito
parcial para a conclusão do Curso de
Especialização em Inteligência Policial e
Análise Criminal.

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em: **26 de abril de 2017.**

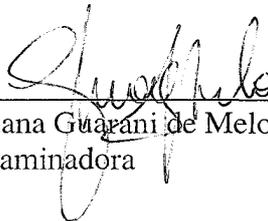
Banca Examinadora



Prof.^a Dr.^a. Aline Lobato Costa
Orientadora



Prof. Dr.^o. Antonio Roberto Faustino da Costa
Examinador



Prof.^a. Ma. Suana Guarani de Melo
Examinadora

João Pessoa
2016

Dedico este trabalho a todos que diretamente e indiretamente colaboraram para a construção deste, ao meu Orientador Leonardo Faria, aos meus familiares, irmãos, meus pais Antônio e Joaquina (Quininha) e a meu irmão Tibiriçá, em especial (*in memoriam*), e principalmente a minha esposa Josilda (Guerreira) e aos meus dois filhos, Wagner e Walter.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos principalmente a Deus, por esse momento importante, a minha família, em especial as três pessoas que amava muito que já se foram, meu pai Antônio, minha mãe Joaquina, a qual todos a chamavam de Quininha e a meu irmão Tibiriçá (*in memoriam*), agradeço aos meus filhos Walter e Wagner, minha esposa Josilda, mulher guerreira, meus amigos da DCCPes, em especial meu amigo Fernando Monteiro, e a pessoa que me ajudou e orientou o Professor Doutor Leonardo Farias, a ACADEPOL, na pessoa de Dr. Severino pela a oportunidade de me aceitar no curso, a todos os Docentes, do curso, a UEPB, nossa coordenadora Aline Lobato, companheiros e amigos de curso, que represento a todos pelo meu amigo João Micena, torcedor fiel do Botafogo, a Dr^a Ane a menina do lanchinho, e a todos os funcionários da ACADEPOL, a equipe permanente e terceirizada, o meu muito obrigado.

RESUMO

O entendimento da leitura labial como suporte nas análises criminais e investigação criminal é essencial para que esta seja encarada como assunto multidisciplinar e receba a devida atenção, pois pode ser uma ferramenta auxiliadora para a segurança pública. A técnica da leitura labial pode ser utilizada no setor de operações que compõem a área de inteligência no serviço de vigilância e campana no monitoramento de pessoas suspeitas de crimes ou atos ilícitos, nas interpretações de filmes postados nas redes sociais que tenham problemas de áudios e som de baixa qualidade. Portanto este estudo teve como objetivo, avaliar a importância da introdução da leitura labial nas análises criminais e investigação policial, na área da inteligência; Identificar os benefícios da leitura labial; Averiguar possíveis ferramentas para suporte nas análises criminais e investigação policial e relacionar a leitura labial no suporte das análises criminais e investigação policial. A pesquisa é do tipo exploratório quanto ao seu objetivo, de caráter bibliográfico e descritivo, onde foram coletados dados de periódicos, artigos científicos, livros, sites científicos e bases de dados como Google Acadêmico, Medline e Scielo. Com base nos dados coletados na presente pesquisa, é possível apontar algumas considerações. Observa-se uma característica relevante sobre a história dos deficientes auditivos, que foi a introdução da leitura labial, apesar de ocorrer muitas limitações e a leitura labial não ser proveitosa em todo o grupo de surdos, algumas pessoas que ouvem também utilizam o recurso da leitura labial, quando a audição é prejudicada pelo barulho do ambiente e até mesmo dentro de situações onde o sinal acústico é claro e intacto. A leitura labial pode auxiliar na percepção da fala de maneira constante. Em situações de compreensão normal da fala, os códigos auditivos e visuais são sempre utilizados. Contudo, vivemos em um mundo com alta criminalidade que a integração dos avanços tecnológicos como a tecnologia de informação e os softwares de programas avançados, podem auxiliar a inteligência de segurança pública na busca de coletas de dados e informações para encorpar as investigações de crimes e atos ilícitos.

Palavras chave: Leitura Labial. Segurança Pública. Inteligência Policial. Análise Criminal.

ABSTRACT

The understanding of lip reading as a support in criminal analysis and criminal investigation is essential for it to be viewed as a multidisciplinary subject and receive due attention, as it can be a helpful tool for public safety. The lip-reading technique can be used in the operations sector that compose the intelligence area in the surveillance service and in the monitoring of people suspected of crimes or illicit acts, in the interpretations of movies posted on social networks that have problems of audio and sound Of low quality. Therefore, this study aimed to evaluate the importance of the introduction of lip reading in criminal analysis and police investigation in the area of intelligence; Identify the benefits of lip reading; To find possible tools for support in criminal analyzes and police investigation and to relate lip reading in the support of criminal analysis and police investigation. The research is of the exploratory type regarding its objective, of a bibliographic and descriptive character, where data from periodicals, scientific articles, books, scientific sites and databases such as Google Scholar, Medline and Scielo were collected. Based on the data collected in the present research, it is possible to point out some considerations. A relevant feature on the history of the hearing impaired, which was the introduction of lip reading, although there are many limitations and lip reading is not useful in all the hearing impaired, some people who listen also use the Lip reading, when hearing is hampered by ambient noise and even in situations where the acoustic signal is clear and intact. Lip reading can help in the perception of speech in a constant way. In situations of normal speech comprehension, auditory and visual codes are always used. However, we live in a world with high crime that the integration of technological advances such as information technology and advanced software programs can aid public safety intelligence in the search of data and information to help investigate crimes and acts Illicit

Key words: Lip reading. Public security. Police Intelligence. Criminal Analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
CGI	Coordenação Geral de Inteligência
DNISP	Doutrina Nacional de Inteligência Pública
DOU	Diário Oficial da União
ISP	Inteligência de Segurança Pública
MJ	Ministério da Justiça
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SISP	Subsistema de Inteligência e Segurança Pública
TI	Tecnologia de Informação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS	12
2.1 OBJETIVO GERAL	12
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
3 METODOLOGIA	13
3.1 Delineamento da Pesquisa	13
4 DESENVOLVIMENTO	14
4.1 História da Leitura Labial	14
4.2 Comunicação: Classificação e Sistema Perceptivo	18
4.3 Leitura Labial: Uma Ferramenta Usada Pela Mídia	19
4.4 Leitura Labial: Suporte na Área da Inteligência Policial e Análise Criminal	21
4.5 Tecnologia da Informação e seus Suportes	23
4.6 Doutrina de Inteligência	25
5 CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

As linguagens articuladas aos surdos vigoraram na educação do deficiente auditivo por muitos anos, permanecendo até mesmo nos dias atuais, sendo possível encontrar escolas de educação de surdos que seguem essas perspectivas (SOARES, 2005). Nesta técnica, são utilizados três elementos para seu desenvolvimento: o treinamento auditivo; a leitura labial e o desenvolvimento da fala (SILVA, 2003).

A leitura labial não é uma desenvoltura natural em todo deficiente auditivo, ela exige muitos treinamentos para sua qualificação, são poucas as pessoas surdas que fazem uma boa leitura labial. Muitas vezes a pessoa ouvinte, ao se comunicar com o surdo, esquece da deficiência do mesmo, onde através de movimentos ou posições que impedem a visão do deficiente auditivo, acabam atrapalhando a interpretação da boca do falante. A maioria faz o que se chama leitura da fala, isto produz alguns problemas na comunicação. Uma minoria não consegue fazer nenhuma dessas leituras e só se comunica através de sinais, que aprendem no decorrer de sua história de vida familiar e social, ou mesmo através da Língua Brasileira de Sinais.

Os barulhos do ambiente no dia a dia às vezes interferem ao ponto de dificultar a compreensão da voz até mesmo de pessoas que não sofrem problemas auditivos, nestes casos é bastante comum a utilização da leitura labial. Os códigos auditivos e visuais também são usados até mesmos quando o sinal acústico é normal, como maneira de se comunicar sem atrapalhar o ambiente em volta, etc. Em várias situações pode ser utilizada a leitura labial.

A audição e visão geram informações que hoje em dia são aprovadas como parte do processo normal da percepção da fala. A capacidade de compreensão de códigos verbais e não verbais, influenciam diretamente no avanço dos treinamentos com pessoas deficientes auditivas, porém, dependerá das limitações de que cada indivíduo, como atenção e memória para o desenvolvimento positivo.

A leitura labial tem por finalidade auxiliar a área da inteligência policial. O surdo observa as articulações dos músculos da boca, e faz a leitura pela visão, interpretando as palavras. Essa técnica é usada na transmissão de eventos esportivos pela mídia. Através de um monitor de televisão, o interprete faz a leitura labial do membro de comissões técnicas, jogadores, torcedores, nas reportagens políticas e policiais (NASCIMENTO, 2006). Também são observadas conversas de

pessoas sendo filmadas, flagradas por câmeras de segurança, quando essas câmeras não possuem áudio ou apresentam som de baixa qualidade. Esses diálogos são interpretados para a coleta de dados, analisados no laboratório de análise criminais na área de inteligência, e setor de operações, servindo como suporte para provas em investigações policiais (KNIJNIK, 2016).

Levando em consideração o relatado acima, tornam-se relevantes os estudos que possam avaliar a importância da introdução da leitura labial na área da inteligência da segurança pública. Sendo assim, o presente estudo visou discernir os benefícios da leitura labial e relacionar a importância da leitura labial no suporte das análises criminais e investigação policial, na área da inteligência como auxílio para solucionar crimes.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar a importância da introdução da leitura labial nas análises criminais e investigação policial, na área da inteligência.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar os benefícios da leitura labial;

Averiguar possíveis ferramentas para suporte nas análises criminais e investigação policial;

Relacionar a leitura labial no suporte das análises criminais e investigação policial.

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento da Pesquisa

A pesquisa é do tipo exploratório quanto ao seu objetivo, de caráter bibliográfico e descritivo onde foram coletados dados de periódicos, artigos científicos, livros, sites científicos e bases de dados como Google Acadêmico, Medline e Scielo. Os resultados foram apresentados de forma textualizada e com discussão simultânea. A pesquisa foi realizada a partir da busca do material bibliográfico e foram utilizadas como palavras chaves: Leitura Labial; Segurança Pública; Inteligência Policial e Análise Criminal.

As pesquisas exploratórias muitas vezes constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla onde a pesquisa bibliográfica é vista como aquela que é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2008).

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 História da Leitura Labial

A história dos deficientes auditivos inicia-se nos tempos antigos onde os espartanos sacrificavam as crianças que apresentavam problemas de surdez da mesma maneira que sacrificavam pessoas que sofriam deformidades físicas e retardo mental. As crianças eram asfixiadas ou cortavam-se a garganta das mesmas ou era lançada de um precipício para dentro d'água. Não podia poupar a vida destas crianças, pois a nação nada poderia esperar delas (BERTHIER, 1984, p.165).

No sistema romano, os deficientes auditivos não tinham direitos legais, em meio a egípcios e persas, a religião era bastante influente para os surdos, a ponto de acreditarem que a debilidade deles adquirida era considerada um sinal visível dos deuses e apenas a religião cristã poderia trazer para os surdos dignidade e os libertaria do exílio em que se encontravam (BERTHIER, 1984).

Tavares (2009) relata questões políticas, filosóficas e religiosas, onde obrigavam a sustentação do oralismo. A língua de sinais era eliminada onde prejudicavam diretamente os deficientes auditivos. Os padres relatavam que se as confissões fossem feitas através de língua de sinais, as interpretações poderiam ser errôneas.

Para Berthier (1984, p.179), l'Epée foi o primeiro educador a contribuir positivamente para socialização do surdo, como aborda nesta passagem:

Até então, como eu já havia explicado, todos os educadores de surdos interpretavam o princípio que “nossa mente não contém nada que não chegou lá através dos sentidos” como se seu único trabalho fosse dar a estes desafortunados o uso mecânico da fala. Ao contrário, l'Epée foi o primeiro a vislumbrar na linguagem mímica ainda imperfeita deles, meios mais seguros e simples de comunicação e uma mais direta e clara tradução de pensamento. E ele fez com que seus tesouros escondidos florescessem – verdade, flexibilidade, a riqueza de um idioma que pertence a todas as nações, de fato, a toda a humanidade, um idioma que admiravelmente resolve o problema de uma linguagem universal a qual os acadêmicos em toda parte têm buscado por séculos em vão. A partir do simples argumento que os surdos podem ser instruídos com o auxílio de gestos da maneira como instruímos outras pessoas usando os sons da voz, e que ambos os grupos podem aprender

linguagem escrita, o incansável L'Épée criou um novo mundo, toda uma geração (BERTHIER, 1984, p.179).

Na Europa, século XVI, surgiram os primeiros educadores de deficientes auditivos, desenvolvendo várias metodologias de ensino, nas quais utilizavam-se a língua auditiva-oral de nascença. A partir deste século, surgiram também uma certa “disputa”, em relação a predominância das diferentes formas de comunicação, tanto as linguais oralista, quanto as línguas de sinais na educação dos surdos (BUENO, 1993).

No âmbito da educação da criança surda, a querela entre Pereira, L'Épée e Deschamps é uma excelente ilustração dessa negligência, na medida em que foi quase que exclusivamente tratada como uma disputa entre defensores de “métodos de ensino especial” (oralismo versus gestualismo), sem que se explicitasse os determinantes que subjaziam a essa disputa (BUENO, 1993, p.64)

As instituições educacionais regulares em sua maioria aderem à oralização, não abordando outras perspectivas, “parece haver um consenso mudo, por exemplo, sobre o fato de que, se todos falam, esse estudante deve também falar” (MACHADO, 2008, p.24). As línguas processadas pelo canal auditivo-oral, são claramente limitadas à concepção ouvinte que a restringe, não aceitando assim a modalidade visual-motora da língua de sinais como naturalidade (WRIGLEY, 1996). A mudez pressupõe “ausência de pensamento ou, pelo menos, pressupõe que o surdo não tem o que dizer”, nessa perspectiva, não poder falar implica diretamente em uma sociedade oral (LOPES, 2007, p. 51).

A leitura labial é apontada como a possibilidade que o deficiente auditivo tem de comunicar-se de maneira a interpretar informações através de palavras faladas, porém, a leitura labial é hiperestimada, constituindo-se por muitos em um mito (SACK, 1998). A “leitura labial não é apenas uma habilidade visual – 75% dela é uma espécie de adivinhação inspirada ou conclusão por hipótese, dependendo do uso de pistas encontradas no contexto” (SACKS, 1998, p. 82).

Vilhalva (2004), autora e portadora de deficiência auditiva, aborda sobre a dificuldade na aprendizagem da leitura orofacial, apontando a necessidade que os surdos tem de conhecer os códigos verbais e não-verbais do falante, pois para a compreensão de uma conversa, o deficiente tem que buscar nos movimentos dos

lábios e expressões as palavras-chave que, mesmo sendo vagas, em um ambiente familiarizado permite que obtenha-se a leitura das intenções das pessoas que a cercam; no entanto, ao mudar de ambiente os códigos se alteram e a leitura fica extremamente prejudicada. O tempo que será realizada a leitura labial e o seu ritmo também influenciam bastante em suas interpretações, pois ao ser realizada por um processo de percepção visual, o desenvolvimento é mais lento, onde há diferença entre o ritmo do processo de elaboração mental das palavras e da fala.

Berthier (1984) não negligencia a probabilidade da aprendizagem da leitura labial pelos deficientes auditivos, mas ressalta que estas deveriam ser aprendidas apenas posteriormente, e por aqueles que evidenciassem aptidão para elas. Afirma ser um erro obrigar a sua aprendizagem devido as limitações que diferentemente os deficientes auditivos tem uns dos outros, não são todos que conseguem realizar a leitura labial:

Devemos notar que a fala, assim como a leitura labial, é apropriada somente para treinamento de alunos que se considere ter aptidão para isso, tomando o cuidado de não impor isto a todos ou, acima de tudo, não forçar isto a alunos com intransponível aversão à tarefa. Digam-me agora, quantos estudantes do último ano podem realizar uma prova aritmética somente com a ajuda da escrita? Provavelmente nenhum sequer. Então, o que aconteceria se nós tivéssemos que recorrer à fala artificial? A leitura labial é meramente um tipo de adivinhação na qual o significado das sílabas visíveis ajuda alguém a decifrar, acrescentar ou adivinhar o que permanece fora do alcance da visão. Longe de conduzir diretamente à interpretação do pensamento, a leitura labial constantemente precisa ser interpretada pelo pensamento. Ela pode servir como um dispositivo de memória para frases previsíveis na conversação cotidiana; mas ela nunca será um meio regular de instrução ou de elaboração cumulativa de ideias. Em vão nós combatemos a força da verdade; nós acabamos abrindo passagem à certeza evidente e descartando um promissor sistema de instrução que nos ameaça com uma regressão aos primórdios (BERTHIER, 1984, p. 190-191).

Segundo Lobato (2001) os surdos que são oralizados, não apresentam muito interesse pela língua de sinais, pois a língua que se tornou natural é o idioma comum, no caso do Brasil, o português. Quando um deficiente auditivo fala português oral e libras, são chamados de bilíngue ou bimodal, pois dispõem de dois métodos de comunicação.

Os deficientes auditivos, em meio aos seus benefícios desenvolvidos a seu favor, pode-se apontar a inserção destes alunos na escola comum e/ou em classes

especiais, onde abordam nas instituições os fundamentos oralistas; a comunicação total e a abordagem por meio do bilinguismo. As instituições educacionais comuns ou especiais, visam à capacidade que o deficiente tem em comunicar-se, para que utilize a leitura labial como única possibilidade linguística, de modo que seja possível a comunicação tanto na vida social, como na escola. As propostas educacionais, baseadas no oralismo, não tiveram resultados satisfatórios, pois normalizam as diferenças onde há limitações (DAMÁZIO; ALVES; FERREIRA, 2008).

Diante das variadas concepções de surdez, observa-se, a existência de duas circunstâncias: a defesa do ensino da língua oral, enquanto um meio necessário para a socialização dos deficientes auditivos; e a língua de sinais enquanto representação de um grupo social minoritário (SKLIAR, 2005).

Em consequência desses dois posicionamentos, percebeu-se uma relação entre percepção de surdez e comunicação. Após um longo período de disputas teóricas, que persistem até os dias atuais, é de fundamental importância a reflexão de determinados questionamentos: a surdez é uma deficiência ou uma diferença? (BUENO, 1998; SÁ, 2002); há apenas duas formas distintas para se compreender a condição de surdez? (ROCHA, 2009). A língua de sinais constitui o surdo enquanto sujeito (DIZEU; CAPORALLI, 2003) ou é a apropriação de uma língua – oral ou gestual – que garante a constituição da subjetividade? (SANTANA; BERGAMO, 2004).

Diante de tantos questionamentos, é importante considerar que, embora a forma linguística para comunicação seja fundamental para a compreensão do desenvolvimento do homem enquanto ser social (VIGOTSKI, 1999), é imprescindível garantir que o surdo tenha condições de se adaptar à uma língua. Por este motivo, considerando que nem sempre as crianças surdas conseguem tornar-se bem sucedidas na aprendizagem da língua oral devido a suas limitações, a língua de sinais deveria, portanto, ser oferecida como primeira língua à criança com deficiência auditiva, buscando-se evitar o atraso no desenvolvimento da linguagem (LACERDA, 2007).

Entretanto, sendo essa uma língua ainda pouco conhecida pela sociedade, as probabilidades interativas dos surdos continuam bastante restritas. Sendo agravado pelo fato de que a maioria dos surdos tem pais ouvintes, que pouco ou nada conhecem a respeito da língua de sinais (SÁ, 2002).

A sociedade ainda tem poucas informações em relação a língua de sinais, provocando o surgimento de muitos mitos. A língua de sinais não é universal, como também não são as línguas orais-auditivas (QUADROS, 2004).

As línguas de sinais são completas de todos os aspectos linguísticos, sendo caracterizadas pelo seu aspecto viso-gestual, no qual alguns elementos são de grande importância: o contato visual; a delimitação do espaço no qual os sinais serão efetuados; a qualidade de iluminação do local onde se pretende efetuar a conversação; o posicionamento de ambos interlocutores; e o valor das expressões faciais durante a comunicação. Portanto, através da língua de sinais é possível comunicar-se de todo tipo de conteúdo, concreto ou abstrato, nos mais variados gêneros discursivos (BRITO, 2005; FERNANDES, 2006; KARNOPP, 2004; GESSER, 2009).

Nas experiências iniciais de educar os deficientes auditivos, além da atenção dada à fala, a língua escrita também desempenhava papel fundamental. Os alfabetos digitais eram bastante utilizados. Eram inventados pelos próprios educadores, pois era dito que se o surdo não podia ouvir a língua falada, então ele podia lê-la com os olhos. Argumentavam da capacidade do surdo em correlacionar as palavras escritas com os conceitos diretamente, sem necessitar da fala. Muitos educadores de deficientes auditivos iniciavam a aprendizagem de seus alunos através da leitura-escrita e, a partir daí, introduziam diferentes técnicas para desenvolver outras habilidades, tais como leitura labial e articulação das palavras (LACERDA, 1998).

Segundo Lacerda (1998), nada importante aconteceu em relação ao oralismo até o início dos anos 50, com as novas descobertas técnicas e a probabilidade de se "protetizar" crianças deficientes auditivas muito pequenas. Foram introduzidas novas técnicas para que a escola pudesse trabalhar sobre aspectos da percepção auditiva e de leitura labial da linguagem falada, nascendo assim uma grande metodologia, integrando momentos de novas expectativas de que, com o uso de próteses, se pudessem educar crianças com deficiência auditiva grave e profunda a ouvir e, conseqüentemente, a falar.

4.2 Comunicação: Classificação e Sistema Perceptivo

Segundo Stefanelli (1993) a comunicação é classificada em verbal e não verbal e aponta, ainda, a comunicação para verbal que seria uma “instrução sobre como compreender a mensagem”. Já Berloc (1991) classifica a comunicação em escrita, ilustrada, falada, em grupo, de massa, consigo próprio, por gestos, química, tátil, sonora, por símbolos, cultural, por ação, por figuras e pelas artes.

Para Pagliuc (1993) o ser humano se comunica com o mundo através dos sentidos da visão, audição, olfato, paladar, e tato. Pressupõem-se, portanto, que há a necessidade do ajustamento do sistema perceptivo para que a estimulação interna e externa possa ser corretamente explicada. Segundo a OMS (1982) 80% das informações perceptivas das pessoas ocorrem através da visão.

A respeito da identidade surda, pode-se dizer que esse aspecto está presente nos movimentos dos deficientes auditivos, na consciência de ser diferente e necessitar de recursos visuais para estabelecer a comunicação. Os deficientes auditivos filhos de quem também são deficientes; os que nasceram ouvintes e se tornaram deficientes auditivos; os deficientes auditivos filhos de pais ouvintes, que depois entram em contato com a comunidade surda e com a língua de sinais; os deficientes auditivos que se percebem como deficientes e nunca chegam a interagir em comunidades. Assim, a identidade surda pode ser abrangida como um aspecto que se expressa de variadas formas (PERLIN, 2007).

4.3 Leitura Labial: Uma Ferramenta Usada Pela Mídia

Segundo Lacerda (1996) É bastante normal entre pessoas surdas “ouvir com os olhos”. Caracterizada como a técnica da Leitura Labial, muito usada entre os adeptos do Oralismo, isto é, surdos cuja língua materna é o Português e que usam sua fala e resíduos auditivos para se comunicar oralmente. A Leitura Labial consiste na observação do posicionamento dos lábios do falante para que, junto com os sons ouvidos (ou não), a pessoa com surdez consiga ter uma maior facilidade para compreender a mensagem falada pelo outro.

Durante um longo período da história da educação dos deficientes auditivos, a grande preocupação era com a oralização dos surdos e a leitura labial. A leitura labial, para os surdos, é aprendida através de terapias da fala, através da intervenção de um fonoaudiólogo ou profissional da área da fala. A maioria dos

surdos têm grandes dificuldades para perceber e produzir uma língua oral. Espera-se e investe-se por vários anos, para alcançar um nível satisfatório que não pode ser alcançado, negando-se assim o acesso a uma língua que satisfaça as nossas necessidades (a Língua de Sinais), praticamente aceitando o risco de um atraso de desenvolvimento linguístico, cognitivo, social e pessoal (REICHERT, 2006).

Quadros (2005), em seus escritos, descreve a leitura labial dos surdos de tal maneira:

Eles olham as bocas se movimentando e sabem que através destes movimentos, as pessoas expressam pensamentos e idéias, mas, mesmo havendo tal percepção, não compreendem esta língua. Em alguns casos, passa por processos terapêuticos intensos e chegam a adquirir a língua portuguesa, mas de forma sistemática e limitada. (QUADROS, 2005).

Levando em consideração o relato acima, pode-se observar que a leitura labial é uma técnica apontada como a possibilidade de o surdo “compensar” o sentido da audição para ter acesso às informações via palavras faladas (SACKS, 1998).

A leitura labial pode ser uma ferramenta de análise de imagens apreendida em locais de crimes, em redes sociais, no trabalho de campo numa campanha, locais de homicídios com aglomerações de pessoas ou diálogos produzidos por indivíduos sobre investigações criminais. Entre as ferramentas já usadas pelas agências de inteligência, também usada empiricamente pelos surdos, ler os lábios, é um dos sentidos sensoriais mais importantes do corpo humano, pois são técnicas desenvolvidas ao longo do tempo historicamente (KNIJNIK, 2016).

O artigo escrito por Martins (2010) mostra o efeito que a leitura labial faz na imagem das câmeras da televisão, ao mostrar o trio de árbitros colocando a mão na boca para não serem analisados e interpretados pelos analistas da emissora de televisão (interpretes da leitura labial).

Após a TV ter exibido o “replay” que confirmava a legalidade do gol, entre os integrantes do trio de arbitragem foi realizada uma conferência, onde eles colocaram a mão à frente da boca para evitar uma possível leitura labial, o árbitro Sandro Meira Ricci, do Distrito Federal e os assistentes Altemir Hausmann (Fifa-RS) e Alessandro Rocha (Fifa-BA) conversaram sobre o ocorrido. Com a imagem dando o “aval” para a validação, o gol foi finalmente confirmado (MARTINS, 2010, p. 14)

Abrahão e Soares (2007) relatam outro episódio do futebol onde o jogador Grafitte é alvo de racismo por Leandro Desábato. Após ser acusado de racismo, o jogador Desábato da Argentina, ainda em campo recebeu voz de prisão. O argentino foi acusado de injúria com agravante de racismo, sendo o caso solucionado através dos especialistas em leitura labial:

Com o desenrolar dos fatos, ao ver Grafite recuar e mostrar que não deveria levar adiante a acusação contra Leandro Desábato, as duas testemunhas ouvidas pela polícia na investigação também mudaram suas versões. Após serem informados que especialistas em leitura labial consultados pela reportagem da "Folha de São Paulo" contestavam o testemunho apresentado à 34ª DP, Fabio Bolla e Eduardo Sorrentino, testemunhas de Grafite, se retrataram. Na noite em que o zagueiro do Quilmes foi preso por injúria, os dois disseram ter visto nitidamente, por meio de leitura labial das imagens da TV, Desábato xingar Grafite de "negro de merda". Bolla e Sorrentino foram acusados por dirigentes argentinos de terem comido pizza e trocado abraços com os policiais dentro do distrito após os depoimentos. "As imagens mostram a articulação de uma única palavra. Não houve tempo hábil para Desábato ter afirmado 'negro de merda' no vídeo exibido", afirmou Ricardo Molina, perito designado para o caso. O perito digitalizou e examinou as imagens em câmara lenta. "Há uma imagem de Desábato de costas e de perfil, em que é impossível identificar sua articulação labial. Quando é flagrado de frente pela câmera, já gritava com Grafite. Deve ser um fragmento de palavra, no qual é impossível identificar 'negro'", explicou ele. Molina mandou as imagens para a análise de um colega argentino, para evitar ser traído por gírias. A fonoaudióloga Érika Eguti descartou a possibilidade da palavra "merda" ter sido flagrada pelas câmaras. "Nessa fala não vi 'negro de merda' nos lábios do argentino. Seu movimento labial indica que proferiu uma palavra terminada em 'o'. Se tivesse dito algo com 'a' no final, sua boca teria que estar mais aberta". Eguti disse que a leitura labial do que é dito numa partida de futebol é muito difícil, acrescentando que as imagens talvez nem mostrem uma palavra inteira (ABRAHÃO; SOARES, 2007, p. 2)

4.4 Leitura Labial: Suporte na Área da Inteligência Policial e Análise Criminal

A Análise Criminal (AC) é um recurso aplicado na produção de conhecimento policial no contexto da atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP). Com a utilização da AC, é possível identificar, avaliar e acompanhar sistematicamente o fenômeno da criminalidade de massa. A AC tem a finalidade precípua de instrumentar os operadores da segurança pública, servindo de suporte administrativo, tático e estratégico para as atividades de previsão, prevenção e repressão do crime e da violência. (FERRO, 2006)

No Brasil a Inteligência de Segurança Pública tem sido apontada como um instrumento para o enfretamento do problema da criminalidade crescente que o País passa. O problema da criminalidade e da violência deve ser combatido com o suporte das ações de Inteligência Policial, assim refere tanto os operadores políticos quanto a segurança pública (GOTTLIEB, 1998).

Historicamente, a atividade de Inteligência surgiu e desenvolveu-se como um instrumento de assessoramento às estratégias militares, passando a ser utilizada, mais tarde, como instrumento de Estado. É uma atividade especializada, permanentemente exercida, com o objetivo de produzir "informação acionável" Inteligência de interesse de determinada organização, além da salvaguarda dessa informação contra ações adversas de qualquer natureza (MARCIAL, 2005, p. 243).

A Lei Federal nº 9.883 (BRASIL, 1999) assim conceitua a Inteligência Policial, "Atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado".

Gottlieb (1998), conhecido internacionalmente por suas atividades de treinamento técnico-profissional em segurança pública, mais especificamente em AC, é membro do Alpha Group Center da Califórnia, Estados Unidos da América (EUA). Ele define a AC da seguinte maneira:

A Análise Criminal é um conjunto de processos sistemáticos direcionados para o provimento de informação oportuna e pertinente sobre os padrões do crime e suas correlações de tendências, de modo a apoiar as áreas operacional e administrativa no planejamento e distribuição de recursos para prevenção e supressão das atividades criminais (GOTTLIEB, 2002. p.13).

DeLadurantey (1995) relata que a expressão Inteligência pode ser abrangida da seguinte forma:

É o conhecimento das condições passadas, presentes e projetadas para o futuro de uma comunidade, em relação aos seus problemas potenciais e atividades criminais. Assim como a Inteligência pode não ser nada mais que uma informação confiável que alerta para um perigo potencial, também pode ser o produto de um processo complexo envolvendo um julgamento bem informado, um estado de coisas, ou um fato singular. O "processo de Inteligência" descreve o

tratamento dado a uma informação para que ela passe a ser útil para a atividade policial (DELADURANTEY, 1995, p. 383).

Já a Análise Criminal, conforme aponta o autor Gottlieb (2002), referindo o "Integrated Criminal Apprehension Program" (Programa Integrado de Prisão de Criminosos), significa:

É um conjunto de processos sistemáticos direcionados para o provimento de informação oportuna e pertinente sobre os padrões do crime e suas correlações de tendências, de modo a apoiar as áreas operacional e administrativa no planejamento e distribuição de recursos para prevenção e supressão de atividades criminais, auxiliando o processo investigativo e aumentando o número de prisões e esclarecimento de casos. Em tal contexto, a análise criminal tem várias funções setoriais na organização policial, incluindo a distribuição do patrulhamento, operações especiais e de unidades táticas, investigações, planejamento e pesquisa, prevenção criminal e serviços administrativos (como orçamento e planejamento de programas) (GOTTLIEB, 2002, p. 5).

Como toda técnica na interpretação de idiomas, a leitura labial tem por finalidade auxiliar a área da inteligência, na questão linguista no tocante a interpretações de conversas de pessoas, sendo filmadas, flagradas por câmeras de segurança cometendo crimes ou atos ilícitos, quando essas câmeras não possuem áudio, ou som de baixa qualidade, transformando esses diálogos, interpretados para coleta de dados e em informações, analisados no laboratório de análise criminais na área de inteligência, e setor de operações, a leitura labial pode ser usada nos alvos sobe vigilância de pessoas envolvidas em atos criminosos, no aprendizado dos surdos da Associações de Deficientes Auditivos que mostram a técnica da leitura labial e informa o desenvolvimento de um Software para perpetuamentos dessa técnica pela as redes de computadores (KNIJNIK, 2016).

4.5 Tecnologia da Informação e seus Suportes

Torres (1996) descreve a Tecnologia da Informação como conjunto de atividades e soluções providas por recursos de computação que visam implementar e gerenciar sistemas informatizados nas empresas e cuida para que esses sistemas sejam seguros para o usuário.

A Tecnologia de Informação lida com hardware e software. Define estratégias de uso dos recursos de informática para garantir o melhor desempenho de cada setor de uma empresa. Diagnostica disfunções do sistema, soluciona problemas de rede e escolhe os projetos de informática que devem ser adotados na empresa. Pode, também, criar e acompanhar o gerenciamento de bancos de dados (CHILD, 1987; DAVENPORT et al., 1990; LAUDON, 2004).

Os Sistemas de Informação são o conjunto de recursos de informática que geram informações. Objetiva o apoio aos processos de tomada de decisões na empresa e o seu foco está direcionado ao principal negócio da organização. Os Sistemas de Informações podem ser classificados em operacional, gerencial e estratégico. A definição e desígnio dos sistemas de informação envolvem seu impacto nas decisões e estratégias empresariais (LAUDON e LAUDON, 2004).

As aplicações de recursos em Tecnologias de Informação, estão associadas ao recolhimento, processamento, transmissão, armazenamento, análise e apresentação de dados e registros (LAUDON; LAUDON, 2004). Os dados contêm uma grande abundância de informações sobre os processos e costumes da empresa, assim como sobre o ambiente externo que são admiráveis para o sucesso das organizações. A aceitação espontânea de novas tecnologias e sistemas de TI consente que esses dados sejam processados e analisados com rapidez e qualidade cada vez maior (TORRES, 1996).

A Tecnologia de Informação é definida como uma forma estratégica para analisar dados, que são transformados em informações confiáveis e atualizadas. Desta forma são modificados os processos de decisão, a estrutura administrativa, a maneira de trabalhar das empresas e nas decisões que irão ser diretrizes e pressupostos estratégicos, proporcionando novas maneiras de se obter vantagens no desempenho dos concorrentes (BORGES, 1995; PORTER; MILLAR, 1985).

A TI vem avançando e tornando possíveis conexões e integrações entre empresas independentes, propiciando novas formas e organização. Contribuindo também para uma nova ordem econômica, a tecnologia de informação vem mudando os rumos e estratégias das empresas (SILVEIRA; ZWICKER 2004).

A organizações usam estrategicamente a tecnologia da informação como possibilidade de sustentar um benefício competitivo, frente aos seus adversários. Isso se dá através da melhora dos processos de trabalho, diminuição de tempo e

espaço, integração entre unidades de negócios e o incremento de novas formas de gestão (TORRES, 1996; TURBAN, 1993).

A tecnologia de informação e sistema de informação podem gerar vantagens para as organizações, se introduzidos projetos que estiverem integrados a recursos complementares intangíveis, ao contexto de negócio e fatores humanos, como recurso fundamental no planejamento e tomadas de decisão (POWELL; DENT-MICALLEF, 1997; TORRES, 1996).

Os projetos de Tecnologia de Informação são destacados pelo acréscimo da competitividade empresarial, pois integram empresas, clientes, parceiros e fornecedores, através de estratégias e redes de cooperação, transmitindo recursos, serviços e tecnologia para alcançar vantagens competitivas (LAUDON e LAUDON, 2004; SILVEIRA e ZWICKER, 2004).

4.6 Doutrina de Inteligência

A doutrina de Inteligência é conhecida universal, na medida em que suas definições, características e metodologias são reconhecidas e praticadas por países que se valem desta atividade para o planejamento e consecução de seus objetivos estratégicos. Referendando a necessidade da utilização das técnicas de inteligência no combate à criminalidade, a SENASP editou a Resolução nº 01, de 15 de julho de 2009, que regulamentou o SISP, determinando que a coordenação central deste subsistema ficasse a cargo da Coordenação-Geral de Inteligência da SENASP/MJ (BRASIL, 2009).

Neste ato normativo foi criada a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), aprovada pelo Conselho Especial do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública e normatizada pelo Secretário Nacional de Segurança Pública, Dr. Ricardo Balestreri, através da Portaria nº 22, de 22 de julho de 2009, publicada no DOU de 23/07/09. A DNISP dispõe:

Art. 1º O Subsistema de Inteligência de Segurança Pública - SISP, que compõe o Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN, constituído de rede própria e responsável pelo processo de coordenação e integração das atividades de inteligência de segurança pública no âmbito do território nacional, tem por objetivo fornecer subsídios informacionais aos respectivos governos para a tomada de decisões no campo da segurança pública, mediante a

obtenção, análise e disseminação da informação útil, e salvaguarda da informação contra acessos não autorizados.

§ 3º São elementos constituintes do SISP, originariamente:

I - Conselho Especial do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública; II - a Rede Nacional de Inteligência de Segurança Pública - RENISP; III - a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização - INFOSEG; IV - o Sistema Nacional de Identificação de Veículos em Movimento - SINIVEM; V - os Organismos de Inteligência de Segurança Pública e suas agências, o respectivo pessoal e estrutura material; VI - a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública - DNISP; e VII - os sistemas de informações, os bancos de dados de propriedade e ou cedidos à SENASP; VIII - Conselho Nacional de Chefes de Organismos de Inteligência de Segurança Pública - CNCOI. IX - as Agências de Inteligência - AI - a ele vinculadas, respectivo pessoal e material....§ 4º Para os efeitos desta Resolução deverão ser considerados os seguintes conceitos: I - Inteligência: é a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos, dentro e fora do território nacional, sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado; II - Contra Inteligência: é a atividade que objetiva salvaguardar dados e conhecimentos sigilosos e identificar e neutralizar ações adversas de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda de dados, informações e conhecimentos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, bem como das áreas e dos meios que os retenham ou em que transitem; III - Inteligência de Segurança Pública: é a atividade permanente e sistemática via ações especializadas que visa identificar, acompanhar e avaliar ameaças reais ou potenciais sobre a segurança pública e produzir conhecimentos e informações que subsidiem planejamento e execução de políticas de Segurança Pública, bem como ações para prevenir, neutralizar e reprimir atos criminosos de qualquer natureza, de forma integrada e em subsídio à investigação e à produção de conhecimentos; IV - Inteligência Policial: é o conjunto de ações que empregam técnicas especiais de investigação, visando a confirmar evidências, indícios e a obter conhecimentos sobre a atuação criminosa dissimulada e complexa, bem como a identificação de redes e organizações que atuem no crime, de forma a proporcionar um perfeito entendimento sobre a maneira de agir e operar, ramificações, tendências e alcance de condutas criminosas.

No tocante a Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal (DPF), a doutrina define que a produção de conhecimento nesta área é realizada em três níveis: o nível tático; estratégico e operacional, e se destina a tornar mais fácil o processo de decisão de gestão policial, assim como para dar subsídio ao trabalho de polícia judiciária na produção probatória e descoberta de evidências sobre a autoria de crimes. O nível estratégico é voltado ao assessoramento em grau mais alto,

tratando de assuntos de complexidade maior que dizem respeito ao órgão no geral, com o escopo de tornar possível a adoção de medidas preventivas, bem como a tomada de decisões administrativas por parte da direção geral do DPF. Com base nas estimativas de evolução de certos tipos penais e/ou da criminalidade, estas ações são pensadas para vigorarem por um espaço de tempo a longo prazo (WENDT, 2013).

A atividade de inteligência policial destina-se a uma certa área de importância do órgão e não a instituição como um todo. O escopo é subsidiar a elaboração de políticas internas de atuação para o enfrentamento de determinado acontecimento criminal. Estas políticas são projetadas para um espaço temporal de médio prazo (BARROS, 2010).

O nível operacional tem como objetivo a tomada de decisões relativas à investigação criminal, que é a atividade-fim do órgão, com foco específico na formação de escopo probatório para a apuração e comprovação de autoria e materialidade de ilícito penal, possuindo assim, efeito imediato (BARROS, 2010).

Gonçalves (2003) relata que a inteligência policial deve estar voltada para questões táticas de ilícitos penais e grupos infratores, ficando esta área de inteligência a cargo das instituições policiais, objetivando levantar indícios e tipologias de ações delituosas.

A Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP) defende a inteligência policial como um conjunto de atos que são encarregadas técnicas especiais de investigação, as quais têm como desígnio a confirmação de evidências, obtenção de conhecimento sobre a atuação criminosa e permitir a identificação das organizações que atuam de maneira criminosa (BARROS, 2010).

5 CONCLUSÃO

Com base nos dados da pesquisa de caráter bibliográfico, foi avaliada e comprovada a importância da introdução da leitura labial nas análises criminais e investigação policial, na área da inteligência. Apesar da necessidade de mais estudos sobre esse importante assunto que possibilita a otimização das soluções criminais, é possível apontar algumas considerações positivas que alcançaram os objetivos específicos.

De um modo geral, observou-se os benefícios da leitura labial tanto para surdos, quanto para pessoas que não apresentam nenhum tipo de deficiência auditiva, podendo auxiliar na percepção da fala de maneira constante. A habilidade que um indivíduo tem em compreender o que as outras pessoas falam através dos movimentos dos lábios, conseqüentemente a expressão facial como um todo, mesmo ocorrendo muitas limitações e a leitura labial não ser proveitosa em todo o grupo de deficientes auditivos, algumas pessoas que ouvem também utilizam o recurso da leitura labial, quando a audição é prejudicada pelo barulho do ambiente e até mesmo dentro de situações onde o sinal acústico é claro e intacto. A leitura labial pode ser usada nos alvos sobe vigilância de pessoas envolvidas em atos criminosos, no aprendizado dos surdos da Associações de Deficientes Auditivos que mostram a técnica da leitura labial e informa o desenvolvimento de um Software para perpetuamentos dessa técnica pela as redes de computadores.

Sob as ferramentas para suporte nas análises criminais e investigação policial, observou-se que a leitura labial foi aprimorada através de softwares e desenvolvida por universidades. A Tecnologia da Informação como um conjunto de atividades e soluções providas por recursos de computação, visam implementar e gerenciar sistemas informatizados nas empresas, cuidando para que esses sistemas sejam seguros para o usuário. A TI lida com hardware e software, define estratégias de uso dos recursos de informática para garantir o melhor desempenho de cada setor de uma empresa, diagnostica disfunções do sistema, soluciona problemas de rede e escolhe os projetos de informática que devem ser adotados na empresa. Podendo, também, criar e acompanhar o gerenciamento de bancos de dados. Contudo, vive-se em um mundo com alta criminalidade (terrorismo, tráfico de drogas, violência contra mulher, xenofobia, crimes cibernéticos, entre outros) que a integração dos avanços tecnológicos como a tecnologia de informação e os

softwares de programas avançados, podem auxiliar a inteligência de segurança pública na busca de coletas de dados e informações para encorpar as investigações de crimes e atos ilícitos.

Neste sentido, a utilização da leitura labial, como uma técnica para interpretação de conversas através de monitoramento de câmeras e os avanços tecnológicos, demonstram a importância destes recursos nas análises criminais e investigação policial, como um suporte positivo para a segurança pública.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, B. O. L.; SOARES, A. J. Uma análise sobre o caso 'GRAFITE E DESÁBATO' à luz do 'RACISMO À BRASILEIRA'. **Esporte e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 1-15, 2007.

BARROS, Antonio E. C. **A Formulação da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública e Sua Aplicação nas Agências de Inteligência de Segurança Pública no Estado do Ceará**. 2010. 68 f. Faculdade Metropolitana de Fortaleza/CE.

BERLOC, D.K. **O processo da comunicação**: introdução à teoria e a prática. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 295.

BERTHIER, F. **Les Sourdes muets avant et depuis l'abbé de l'Epée**. In: LANE, H.; PHILIP, F. **The deaf experience: classics in language and education**, tradução do original francês para o inglês de Philip, F. Cambridge, Massachusetts e London: Harvard University Press, 1984.

BORGES M. E. N. A informação como recurso gerencial das organizações na sociedade do conhecimento. **Ciência da informação**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 181-188, 1995.

BRASIL. Lei 9.883, de 07 de dezembro de 1999.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. DNISP. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública. 2009

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Resolução nº 01, de 15 de julho de 2009.

BRITO, L. F. Por uma gramática da língua de sinais. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, 2005.

BUENO, J. G. S. A educação do deficiente auditivo no brasil—situação atual e perspectivas. **Em Aberto**, v. 13, n. 60, 2008.

BUENO, J. G. S. Surdez, linguagem e cultura. **Cad. Cedes**, Campinas v.19, n.46, p.7-15, 1998.

CHILD, J. **Information technology, organization, and response to strategic challenges**. **california Management review**. California, Vol. 30, n. 1, p.33-50, 1987.

DAMÁZIO; MACEDO, M. F.; FERREIRA, J. P. Educação escolar de pessoas com surdez-atendimento educacional especializado em construção. **Revista Inclusão**, Brasília, v.6, 2008.

DANTAS, L.; SOUZA, G. F.; GONÇALVES, L. **Integração de Sistemas de Informação na Segurança Pública do Distrito Federal: Um Modelo de Consenso e suas Possibilidades**. 2003. 192 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação) – Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2003.

DAVENPORT, T.H.; SHORT, J.E.; ERNEST & YOUNG. The new industrial engineering information technology and business process design. **Sloan Management review**. Cambridge, v. 31, n.4, p.11-27, 1990.

DELADURANTEY; JOSEPH, C. **Intelligence**. In **The encyclopedia of Police Science**. New York & London: Garland Publishing, 1995.

DIZEU, L. C. T. B.; CAPORALLI, S. A. A língua de sinais constituindo o surdo como FERNANDES, E. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FERNANDES, F. C. INTELIGÊNCIA OU INFORMAÇÕES?. **Revista brasileira de inteligência**, v. 2, n. 3, p. 7, 2006.

FERRO, Alexandre Lima. Inteligência de Segurança Pública. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, v. 2, n. 2, 2006.

GESSER, A. **Libras?: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, J. B. **A atividade de inteligência no combate ao crime organizado: o caso do Brasil**. Niterói: Ed. Impetus, 2003.

GONÇALVES, J. B. **Atividade de Inteligência e legislação correlata**. Série Inteligência, Segurança e Direito. Niterói: Ed. Impetus, 2010.

GOTTLIEB, S. **Crime Analysis**. California: Alpha Publishing, 1998.

GOTTLIEB, S.L.; ARENBERG, S.; SINGH, R. **Crime analysis: from first report to final arrest: study guide and workbook**. Montclair. CA: Alpha Publishing, 2002.

KARNOPP, L. B. **Língua de sinais na educação dos surdos. A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 103-113, 2004.

KNIJNIK, B. L. Gaúchos versus não gaúchos: o uso de língua adicional para a construção de identidades sociais e oposições interacionais em sala de aula. **Revista de Letras Nortementos**, 2016.

LACERDA, C. B. F. O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo. **Rev. bras. educ. espec**, v. 13, n. 2, p. 257-280, 2007.

LACERDA, C.B.F. **Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte: Examinando a construção de conhecimentos.** 1996. Tese de Doutorado (Faculdade de Educação) Unicamp, Campinas, 1996.

LACERDA, C.B.F. de. Um pouco de história das diferentes abordagens na educação de surdos. **Cadernos Cedes**, n. 46, 1998.

LAUDON, K. C. e LAUDON, J. P. **Sistemas de informação gerenciais.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LOPES, M. C. **Surdez & educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MACHADO, P. C. **A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo.** Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.

MARTINS, L. S. **A interferência da televisão no futebol brasileiro: “reapitando” uma partida / Leandro Samuel Martins.** 2010. 20 f. Dissertação Pós-graduação em Jornalismo Esportivo e Negócios do Esporte) - UNI FIAMFAAM e FMU – Centro de Pesquisa e Pós-graduação, Campus de São Paulo, São Paulo, 2010.

NASCIMENTO, L. C. R. Um pouco mais da história da educação dos surdos, segundo Ferdinand Berthier. **Educação Temática Digital 7.** v. 2, p. 255-265, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Methods of assessment of avoidable blindness.** Genebra, 1982.

PACHECO, D. F. **Atividades de Inteligência e Processo Penal.** n: IV Jornada Jurídica da Jurídica da Justiça Militar da União– Auditoria da 4ª CJM, 30 set. 2005, Juiz de Fora/MG Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/direitomilitar/ano2005/denilsonfeitozapacheco/atividadeedeinteligencia.htm>>. Acesso em 23 nov 2016.

PAGLIUCA, L.M.F. **Assistência de enfermagem ao deficiente visual:** aplicação da teoria das necessidades humanas básicas a pacientes com indicação de transplante de córnea. Fortaleza: Universitária, 1993. p. 125.

PERLIN, G. **Prefácio.** In: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. **Estudos Surdos II.** Petrópolis: Arara Azul, 2007.

PLATT, W. **A Produção de informações estratégicas.** Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1974.

PORTER, M. E.; MILLAR, V. E. How information gives you competitive advantage, **Business Review**, Boston, v. 63, n. 4, p. 149-152, 1985.

POWELL, T.; DENT-MICALLEF, A. Information technology as competitive advantage: the role of human, business and technology resources. **Strategic Management Journal**, v. 18, n. 5, p.375-405, 1997.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos*. Artmed, Porto Alegre, 2004.

QUADROS, R. M.; LILLO-MARTIN, D. Aquisição das línguas de sinais e a morfologia verbal nas línguas de sinais brasileira e americana. **Anais do I Encontro do Nordeste em Aquisição da Linguagem–I ENEAL–2005**, 2005.

REICHERT, A. R. **Mídia televisiva sem som [manuscrito]**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

REVISTA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. **Agência Brasileira de Inteligência**. Brasília: Abin, v. 2, n. 3, 2006.

ROCHA, S. M. **Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961)**. 2009. 160f. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2009.

SÁ, N. R. L. *Cultura, poder e educação de surdos*. **Editora da Universidade Federal do Amazonas**, Manaus, 2002.

SACKS, O. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Trad. Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. **Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas**. In: SILVEIRA, M. A. P.; ZWICKER, R. **A tecnologia de informação como fonte de competitividade e como apoio para a formação de arranjos produtivos locais: um estudo nas principais cadeias produtivas da Região do ABC paulista**. In: encontro da AnPAD: Anais, 2004.

SILVA, R. R. **A educação do surdo**: minha experiência de professora itinerante da Rede Municipal de Ensino de Campinas. 2003. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

SILVEIRA, M. A. P. **Como tornar projetos de tecnologia de informação uma vantagem competitiva para a organização**. In: encontro da AnPAD: Anais, 2003.

SKLIAR, C. **Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade**. In: (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 3. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005. p.7-32.

SOARES, M. A. L. A. **Educação do Surdo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, Campinas, 2005.

STEFANELLI, M.C. **Comunicação com o paciente**: teoria e ensino. 2.ed. São Paulo: Robe, 1993. p. 200.

TAVARES, J. E. R. Uma aplicação para o ensino da língua portuguesa para surdos utilizando o SensorLibras. **Anais do Simpósio Brasileiro de Informática na Educação**. v. 1, n. 1, 2009.

TORRES, N. **Tecnologia da informação e competitividade empresarial**. São Paulo: Makron Books, 1996.

TURBAN, E. **Decision support systems**. New York: Prentice-Hall. 1993.

VIGOTSKI, L. S. Formação social da mente. **Martins Fontes**, São Paulo, 1999.

VILHALVA, S. **Despertar do silêncio**. Petrópolis: Arara Azul, 2004.

WENDT, E. **Inteligência de Segurança Pública e DNISP – Aspectos iniciais**. Disponível em: <<http://www.inteligenciapolicial.com.br/2010/03/inteligencia-de-seguranca-publica-e.html>>. Acesso em 08 dez 2016.

WRIGLEY, O. **Política da surdez**. Washington: Gallaudet University Press, 1996.